



Eixo: Patrimônio Artístico e Cultural da diáspora africana

O BURRINHO DE CARGA: AMBIGUIDADE AFETIVA E O TRABALHO DOMÉSTICO INFANTIL

Samanta Coan¹

1 INTRODUÇÃO

O Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu) foi inaugurado no dia 20 de novembro de 2012, no Aglomerado Santa Lúcia, também conhecido como Morro do Papagaio, em Belo Horizonte. Foi concebido a partir de desdobramentos de movimentos sociais e culturais dentro da comunidade, a exemplo do Quilombo do Papagaio, Gincana Juba e Caminhada pela Paz, os quais promoveram discussões e ações práticas sobre o direito à memória e à cidade. O acervo foi iniciado pelo convite por doações e empréstimos de objetos da comunidade, organizados por núcleos. Objetos sacros, biográficos, relativos à territorialidade, artes e ofícios contam diferentes perspectivas sobre o Morro e sobre a capital mineira. Esse espaço museal propõe debates que perpassam questões dialógicas entre raça, classe social, gênero e geração, com o cuidado de destacar, em seu discurso político, que as "histórias por detrás dos objetos" possuem mais valor que a materialidade dos artefatos. Dentre essas narrativas de vida que os objetos nos apresentam, um deles se tornou uma das peças chaves da concepção do Muquifu: o burrinho de carga, doado em 2013. Esse objeto de decoração é o foco deste texto, com o objetivo de analisar como tal artefato retrata a exploração do trabalho doméstico infantil a partir do discurso expositivo do Muquifu como crítica a um projeto de dominação com sintomas colonialistas e com as novas configurações do trabalho escravo e infantil. Entende-se a importância do burrinho como modo de questionar a ambiguidade afetiva (Goldstein, 2003) existente sobre o tema do trabalho doméstico, agora com recorte de idade na discussão.

1.1 OBJETIVO

Analisar a ambiguidade afetiva nas narrativas orais e arquivos produzidos a partir da entrega do objeto de decoração, o Burrinho de Carga, ao museu de território e comunitário Muquifu.

¹ Doutoranda em Ciência da Informação (UFMG), Mestre em Design (UEMG), designer gráfico e produtora cultural. Participa do grupo NEPPaMCs - Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais da UFMG. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Design e Memória e do Coletivo Muquifu.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos é fonte de histórias de vida que foram subalternizadas desde o processo de construção da capital mineira (12 de dezembro de 1897). A constituição desse Museu tem a premissa de pesquisar e divulgar essas perspectivas silenciadas para com o Morro do Papagaio e a capital mineira. Estudar o Burrinho de Carga, uma das peças-chaves do Muquifu, é desvelar as continuidades de exploração infantil no serviço doméstico e os discursos e práticas sociais que a sustentam até hoje no Brasil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O trabalho doméstico infantil (TDI) ainda perdura no contexto brasileiro. O artigo 3º da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi usado como base para a lista brasileira das "Piores Formas de Trabalho Infantil (lista TIP)" com o objetivo de ação imediata de eliminação e proibição dessa mão de obra (BRAISL, 2008). O serviço doméstico consta nessa lista, sendo uma atividade proibida para menores de 18 anos devido os riscos ocupacionais e repercussões à saúde da criança e adolescente. Na compreensão da OIT o desafio da erradicação dessa ocupação está no caráter da invisibilidade, uma vez que é realizado no âmbito privado doméstico nas casas de terceiros, impossibilitando a proteção desses jovens.

A falta de um sistema de controle e pelo fato de estarem longe da família, favorece a manutenção da exploração de crianças e adolescentes. Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), em 2019, retratam uma redução do TDI comparado com 2016: das 1,8 milhão de crianças e jovens de 5 a 17 anos; 92,7 mil delas trabalhavam como empregadas domésticas. O fator de cor é bastante expressivo no serviço doméstico, em sua maioria, são "negras" e "pardas" (66,1%), do sexo feminino, e quando têm remuneração o valor é menor, se comparado às crianças e adolescentes brancas. Por outro lado, o contexto de pandemia da Covid-19 (2020-atualmente) já aponta o maior aumento mundial do trabalho infantil em 20 anos (UNICEF/ILO, 2021).

Trazer o perfil da TDI em dados é evidenciar a sua relação interseccional (raça, classe social e gênero) no debate e reafirmar como o modelo de colonização, agora com o capitalismo neoliberal, no Brasil continua explorando determinados corpos. A desigualdade social e étnico-racial promoveu, junto com a naturalização dos discursos sobre os benefícios do trabalho doméstico remunerado, a dominação desses sujeitos que, em grande parte, não são vistos como crianças e adolescentes, mas como "adultos precoces". Lélia Gonzalez (1984) nos dá base para observar a construção do imaginário social do brasileiro sobre as pessoas negras: infantilidade, violência, hiperssexualização e força braçal. Essas noções são nítidas nas pesquisas de André Viana Custódio (2006) e Danila Gentil Rodriguez Cal (2019) que debatem como os empregadores observam seu papel na relação; a exemplo das falas sobre a relevância de dar oportunidade às jovens pobres que vieram do campo com a finalidade de estas "não entrarem na prostituição" ou na marginalidade ou oferecer remuneração que vai complementar a renda da família pobre ou o consumo próprio do adolescente. O discurso de que o trabalho dignifica essas crianças e adolescentes está presente, uma noção moderna cantada por Adoniran Barbosa (1912-1982) sobre o discurso hegemônico de importância do trabalho contra a vida boemia e malandragem: "Pogressio, pogressio / Eu sempre iscuitei falar, que o pogressio vem do trabaio / Então amanhã cedo, nós vai trabalhar" (BARBOSA *et al*, 1952).

O discurso paternalista no debate do trabalho doméstico remunerado de empregadas adultas não deixa de existir com as crianças e adolescentes. É onde emerge o debate da literatura do trabalho doméstico remunerado com o conceito de ambiguidade afetiva nas relações entre donos da casa e trabalhadora. Ainda que Goldstein (2003) não aborda a relação do trabalho infantil em sua pesquisa com o termo "ambiguidade afetiva", soa bastante pertinente assimilar tal termo no contexto brasileiro. A partir disso, podemos compreender como o olhar da pessoa que doou o burrinho de carga compreende e como o Muquifu analisa e mobiliza para outro uso desse objeto no Museu. Entende-se de ambiguidade afetiva a diferenciação entre as pessoas da casa, onde se configura como "um

instrumento fundamental de uma didática da distância social" (BRITES, 2007, p.91). As relações podem se pautar com afetos no cerne doméstico entre as partes envolvidas, mas há uma relação hierárquica que é demarcada pelas funções e direitos dentro do espaço – de quem contrata e precisa do trabalho.

3 METODOLOGIA

O trabalho se pautou na pesquisa bibliográfica sobre o trabalho doméstico remunerado e o trabalho doméstico infantil no Brasil e com base na experiência etnográfica participativa dentro do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos, desde 2016. Essa relação próxima no campo, possibilitou acessar uma outra questão sobre a história do *Burrinho de Carga* por meio de conversas com o diretor Mauro Luiz da Silva, para além do que está descrito na legenda do objeto museal, que é o mesmo documentado no catálogo *Habemus Muquifu* (2020). Esse texto foi produzido pela escritora Cidinha da Silva. Foi também usado o trabalho da Kelly Amaral de Freitas (2016), no qual aborda o tema dos objetos biográficos no Museu, sendo um deles o burrinho. Para além dessa pesquisa, o documentário produzido pela Rede Minas "Muquifu – onde o que vale é a história dos objetos" (2016) também foi usado como referência sobre a história narrada do artefato. A base desses estudos e arquivos sobre o *Burrinho de Carga* vai apresentar o discurso museal, sendo fundamentais para o objetivo de analisar a ambiguidade afetiva nas relações do trabalho doméstico infantil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história oral é usada como método de captação no Muquifu. Não havia, até julho de 2021, uma ficha de documentação, a mediação do Educativo se faz necessária para contar além do que a legenda descreve sobre o objeto. Sendo esta a que está na exposição e no catálogo, e é assinada por Cidinha da Silva:

O dono do burrinho não tinha nada. Era um menino sem perspectivas que carregava sacolas no mercado, sacolas grandes, quase maiores que ele. Um dia uma senhora teve pena do menino e o levou para casa. Dava-lhe umas sobras de comida, de cadernos e lápis, roupas usadas e desprezadas pelos filhos. Mas qualquer coisa tinha valor, diante do imenso nada da vida do menino. Em outro tempo, já rapaz depois de muitos anos de serviços prestados, a madame lhe deu um burrinho de pata quebrada, que foi consertada pelo novo dono pelas mãos de uma irmã chegou ao Muquifu, junto com essa memória de exploração humana e uma pata consertada pelo novo dono. (SILVA C., 2013, s/p).

Por sua vez, no documentário da Rede Minas e no trabalho de campo, temos outros detalhes que podem contradizer ou reafirmar alguns pontos da história contada na legenda. O objeto biográfico que fora usado como decoração pelos antigos donos e chegou ao museu como algo "sem história nenhuma". O trabalho da equipe museal é captar o significado desse objeto a ser doado e as narrativas de vida inerentes a ele. Quando Mauro, responsável pelo recebimento do burrinho, ouve a resposta negativa que "não possui história", ele faz uma devolução: "então me conta essa história que não existe" (SILVA, 2016, s/p). "Ele não tem história nenhuma", repete a doadora. Mauro narra o que escutou no ato da doação:

Ele era do meu irmão, quando tinha 12 anos, uma senhora do bairro São Pedro, começou a ajudar meu irmão, porque as filhas dessa senhora estudavam e não podiam trabalhar, não podiam cuidar da casa porque elas tinham que estudar. Então ele passa anos da sua vida, inclusive, a infância servindo essa família até que muitas décadas depois o tal burrinho que decorava a casa quebra a pata e uma das orelhas e a senhora da casa oferece de presente esse burrinho. Ele cola a pata, a orelha e guarda o burrinho por algumas décadas também na casa dele. Quando ficou sabendo que o padre estava provocando e propondo a coleção de um acervo ele achou que o

burrinho era bonito o suficiente para fazer parte desse acervo. O burro traduz a exploração do homem pelo homem. O homem sendo explorado, nesse caso uma criança, explorada na sua infância, e é um burrinho de carga. Quer dizer a ligação é direta: aquela criança foi feita de burrinho de carga a vida inteira, mas reafirmo que ele agradece, considera que a família foi muito boa e querida para ele" (SILVA, 2016, s/p).

Quem doou o burrinho foi a irmã do adolescente, é a terceira dona da escultura, é ela quem faz o movimento de levar ao museu esse objeto. A pesquisadora Kelly Freitas (2016) relata que a doação foi feita com a intenção de decorar o Museu, mas não ir além dessa função naquele espaço. Freitas analisa como no processo de musealização desse artefato passa por outro trabalho: "no deslocamento [do objeto] para o Museu, sofreu simbiose com a intenção crítica do discurso museal. E como a proprietária não deseja mais possuir nem o objeto, nem a narrativa dele, o discurso do Museu se transforma na própria narrativa do objeto" (FREITAS, 2016, p.120). A pesquisadora compreende que isso não é uma "falsificação", mas um processo "transitório" que o objeto faz dentro do museu. Sendo assim, o que temos contato é o que o Muquifu conta pelos sujeitos que não desejam falar e sair do anonimato, possibilitando o acesso a uma memória individual que dialoga com uma memória coletiva de crianças e adolescentes no trabalho doméstico infantil. Ele retira a invisibilidade da discussão para o público-visitante do Museu.

Ainda em 2021, depois de 8 anos, observamos que o desejo da doadora – de ser apenas um objeto de decoração no Museu – permanece forte. Ela não quer falar sobre a história do burrinho. Os motivos podem ser tanto a "não autorização" de relatar a história do parente, quanto ela não querer colocar esse sujeito como uma mera vítima, sendo que, como vimos no relato de Mauro para o documentário, existe uma relação de gratidão para com a família que o "acolheu".

O que se destaca nessas produções do discurso museal é a possibilidade de abrir debates sobre o trabalho doméstico infantil a partir dos atos dos personagens nas narrativas museais de Cidinha e Mauro: o presente da patroa e a relação afetiva de gratidão do rapaz com a "empregadora". Como visto na literatura, a ambiguidade afetiva é um mecanismo de dominação nas relações hierárquicas no âmbito privado. É onde o discurso paternalista aparece, o exemplo da "ajuda" retrata apenas a exploração e oportunismo que delega o direito à infância apenas para as crianças da casa. As filhas da empregadora "não tinham tempo" para arrumar a casa, ao passo que um menino de 12 anos assumiu o compromisso do serviço doméstico como se ele não pudesse estar na escola ou na própria casa sendo cuidado pelos pais. Os dois arquivos (legenda e fala do Mauro no documentário) definem bem quem cuida da casa e quem pode se focar nos estudos. Aqui a demarcação da desigualdade social (pela classe social, raça e idade) define bem quem é criança ou não no olhar da moradora de um dos bairros de classe média alta da capital mineira.

Sendo assim, esse discurso paternalista "dá lugar, sobretudo, a uma duplicidade compartilhada da qual ambas as partes podem esperar tirar proveito, mesmo se as empregadas não ocupam a posição mais confortável nesta troca desigual" (VIDAL, 2012, p. 181). Lidar com o recorte de idade, as relações são aprofundadas pelo próprio caráter de invisibilidade no cotidiano público dessas crianças e adolescentes, além de não possuir ação ou voz dentro dos sindicatos das trabalhadoras domésticas, por exemplo, porque não deveriam trabalhar com isso. Essas trocas entre desiguais que se observam no discurso museal é feita por meio do auxílio material para o estudo do menino e com objetos não desejados pela família empregadora. É o caso do burrinho de carga que quebrou e foi dado para a criança em condição de TDI. Ganhar coisas – sejam mimos, presentes ou doações, tende a ser observado na literatura como um dos maiores benefícios do trabalho doméstico remunerado de empregadas domésticas adultas, ao passo que isso não isenta das responsabilidades trabalhistas (BRITES, 2001). Não se sabe até agora se o trabalho era remunerado ou se a condição dele era permeada por trocas como é percebido em outros relatos na exposição do núcleo sobre "Domésticas" no Muquifu: onde as meninas faziam o trabalho em troca de moradia e acesso à educação e alimentação.

Isso quer dizer que não há afetos entre as partes? Pode ter, estamos lidando com relações no cerne doméstico ainda mais que a experiência de vida do dono do burrinho pode ter sido a exceção do

destino de crianças e adolescentes que trabalham nesse serviço: trabalhar com empregos de baixa valorização e subempregos ou manter em condição de exploração análoga a escravidão, conforme o contexto geográfico e social (CUSTÓDIO, 2006). Por outro lado, é preciso cautela quando lidamos com relacionamento entre desiguais no trabalho doméstico (remunerado ou não), uma vez que quem ganha com a exploração infantil nunca é o lado mais fraco, visto que que essa mão de obra tende a ser menos remunerada que as mulheres adultas da categoria (CAL, 2016).

É um desafio atual expandir esse trabalho com o caráter do anonimato. Isso porque a história por detrás desse objeto biográfico é incompleta, existem lacunas pelo menos no relato da última dona do Burrinho, a pessoa que doou. A história do Burrinho de Carga não é uma das exceções de experiências no serviço doméstico. Estamos lidando com um menino que atuou dos 12 aos 18 anos na casa de uma família. As pesquisas tendem a abordar esse trabalho infantil com meninas e adolescentes mulheres (SABÓIA, 2000) que conforme seus marcadores sociais, lidam com diferentes experiências que podem ou não se relacionar as vivências do gênero masculino, a exemplo dos diferentes assédios – sexual e moral –, as humilhações e racismo cotidiano na casa de família empregadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que o burrinho de carga apresenta é atual e relevante. Abre possibilidades de reflexão sobre um tema que passa despercebido no debate público e do cotidiano da capital mineira.

A sociedade brasileira naturalizou a exploração de jovens e crianças de classe social baixa e negros em trabalhos que possuem riscos físicos e psicológicos. Experimentamos a provocação mediada pelo museu comunitário e de favela que expõe essas formas de exploração que estão na cidade e tem sua continuidade da opressão. Elas não estão apenas no meio rural. O objeto no Museu nos instiga a observar como se dão os mecanismos de dominação entre desiguais, onde a mulher de classe média alta, provavelmente branca, se vê beneficiada pela mão de obra barata (quem sabe não remunerada) de um menino de 12 anos e com o apoio do discurso paternalista de "ajudar o menino da favela", uma ideia cristã de “fazer o bem ao pobre”, mas não percebe (ou não deseja ver) as incoerências dos discursos hegemônicos – tal como o clássico “que ela é também da família”.

Novos trabalhos de campo precisam ser feitos com esse artefato no Museu e com a doadora. Sua história não se resume apenas à vida desse menino, tem a ver com a família e com o contexto do território (o Morro) e da cidade. Essa memória individual é importante, uma vez que se torna fonte do discurso museal e que, por sua vez, representa um desejo político de questionar as estruturas de poder e de dominação no TDI que perduram ainda hoje no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho doméstico infantil. Museu comunitário. Ambiguidade afetiva. Muquifu. Acervo.

AGRADECIMENTOS

Ao Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos por ser um espaço de aprendizado e de encontros. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Adoniran. Conselho; SANTOS, José B.; MOLES, Osvaldo. **Conselho de Mulher**. São Paulo: Continental. Suporte MP3 (2min31)

BRASIL. **Decreto Nº 6.481**, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Brasília.

BRITES, Jurema. **Afeto, Desigualdade e Rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu** [online]. 2007, n. 29, pp. 91-109. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>. Acesso em: 28 jul 2021.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. **Comunicação e trabalho infantil doméstico**: política, poder, resistências. Salvador: EDUFBA, 2016.

CUSTÓDIO, André Viana. **A Exploração Do Trabalho Infantil Doméstico No Brasil Contemporâneo**: limites e perspectivas para sua erradicação. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FREITAS, Kelly Amaral de. **As Forças Culturais do Museu de Quilombos e Favelas Urbanos e o Poder de Ressonância nos Objetos Biográficos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, 2016.

GOLDSTEIN, Donna. **The Aesthetics of Domination**: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: *Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley, University of California Press, 2003. pp. 149-195.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

UNICEF/ILO. **Child Labour**: Global estimates 2020, trends and the road forward. Disponível em: <https://weshare.unicef.org/Package/2AMZIFHARM9F>. 10 de Junho 2021. Acesso em: 29 ago 2021.

SABÓIA, Ana Lucia. **As meninas empregadas domésticas**: uma caracterização socioeconômica. [S.l.]: OIT/IPEC, 2000.

SILVA, Mauro Luiz da. **Muquifu onde o que vale é a história dos objetos**. Rede MinasCanal Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-AQkORSSLyc>. Acesso em: 13 ago 2021.

VIDAL, Dominique. **A afetividade no emprego doméstico**. Um debate francês à luz de uma pesquisa realizada no Brasil. In: Isabel Pauline Hildegard Georges & Marcia de Paula Leite (Orgs). *Novas configurações do trabalho e economia solidária* pp. 173-192. São Paulo: AnnaBlume. 2012.